

Contextualização da Política de Segurança Pública na Bahia e dados de Letalidade Policial de janeiro e fevereiro de 2022

O Governo Rui Costa é marcado por fortes polêmicas no campo da Segurança Pública. Desde o seu segundo mês de mandato, quando defendeu a operação e os policiais envolvidos na Chacina do Cabula, ocorrida em 2015, em que 12 jovens negros foram mortos. Ao nosso ver, tal defesa se deu buscando uma brecha para dialogar com a categoria dos policiais, uma vez que seu antecessor, Jaques Wagner, teve o "calcanhar de Aquiles" da sua gestão no desgaste na condução das greves da Polícia Militar. O governo Wagner possuía notória dificuldade de relação com a categoria dos Policiais, a greve ocorrida em abril de 2014, ganhou repercussão nacional, deixando um legado de muitas mortes e saques no período.

Apesar de buscar implantar uma nova dinâmica com a Categoria, Rui manteve Maurício Barbosa, delegado da Polícia Federal de carreira, que chefiou a Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP/BA, na primeira gestão de Wagner. No início do segundo mandato do ex-governador Wagner, em janeiro de 2011, Maurício Barbosa assumiu como Secretário de Segurança Pública da Bahia. Barbosa se manteve na SSP/BA até ser exonerado, em dezembro de 2020, por ser acusado de integrar uma Organização Criminosa envolvida na grilagem de terras públicas e venda de sentenças, conforme revelado pela Operação Faroeste.

Maurício Barbosa é um dos principais responsáveis pela blindagem dos dados da Segurança Pública no Estado da Bahia. O ex-secretário adotou uma estratégia, até então vitoriosa, de colocar em dúvida qualquer outra metodologia de apuração dos dados da segurança pública, que não fosse da SSP/BA. No entanto, tal metodologia nunca foi aberta em dados desagregados, tornando os dados de Segurança Pública na Bahia um tabu. Importante ressaltar que a SSP/BA não publica seus dados de forma detalhada, apenas boletins diários com dados restritos sobre alguns dos crimes apurados pela SSP/BA.

Os poucos dados disponibilizados pela SSP/BA, que permitiam análises da série histórica, foram retirados da internet. Parte desses dados, de quase uma década, só estão disponíveis hoje por meio do [Projeto Mil Vidas do Jornal Correio](#).

Outro elemento importante de apagamento e ocultação dos dados da segurança pública na Bahia, se deu com a retirada do "ar" do Site do Programa "Pacto Pela Vida" (PPV), implantado a partir da Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011. O site do PPV foi retirado do ar sem qualquer explicação, o que sequer tem lógica uma vez que o programa segue vigente.

O atual Secretário, Ricardo Mandarino, não possui formação policial, uma vez que este é juiz federal aposentado. A substituição de Barbosa pelo nome de Mandarino foi uma oportunidade que o Governo encontrou para melhorar a imagem da pasta da Segurança no estado. Mandarino, inicialmente, parecia estar aberto ao diálogo com o Movimento Negro e demais organizações sociais. Em reuniões articuladas pela Secretaria da Igualdade Racial, era nitido o desconforto com a parca capacidade de leitura de Mandarino sobre raça. A teoria mais atualizada do secretário são os flertes com o Mito da "Democracia Racial". Enquanto isso, a SSP/BA não toma medidas para redução dos homicídios das pessoas negras, tampouco reconhece o seu papel enquanto também responsável por essas mortes.

As reuniões foram marcadas por promessas não cumpridas. Na [primeira reunião ocorrida em 14.10.2021](#) o Secretário afirmou que construiria reuniões com um Grupo de Trabalho composto por Secretarias e Movimentos Negros, mas nunca efetivou, quando cobrado sobre tal feito, alegou ter esquecido. Numa [segunda reunião, também com a Presença da SEPROMI e da SSP, em que o IDEAS assessorou os familiares das vítimas da Chacina da Gamboa, em 08/03/2022](#), o Secretário Mandarino se comprometeu a incluir os dados sobre letalidade policial nos Boletins Diários da SSP. Pelo visto, segue esquecido.

Importa frisar que mudanças ocorridas no formato de apuração dos Autos de Resistência que eram investigados em formato duplo, tanto pela Polícia Civil, quanto pela Corregedoria da PM, passaram a ser exclusividade da Corregedoria da Polícia Militar por meio da Instrução Normativa Conjunta SSP/PM/CBM/PC/DPT n° 01, de 08 de julho de 2019. Que concentrou a investigação dos Autos de Resistência, que pra tanto utilizou o argumento de que tal formato facilitaria o controle, estatística e evitaria a duplicidade das apurações.

De modo que a coleta de dados, ainda que parcial, busca incidir para denunciar a ocultação dos dados sobre letalidade policial promovido pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia e seu projeto obscurantista, baseado em achismos e esquecimentos.

Dados coletados e resultados

Através de um apanhado de notícias disponíveis nos sites de veículos de comunicação, o IDEAS conseguiu reunir 104 mortes decorrentes de intervenções policiais, 60 óbitos ocorridos em Janeiro e 44 em Fevereiro. Os dados coletados se referem aos municípios da Região Metropolitana de Salvador - RMS, e aos municípios com mais de 100 mil habitantes em razão da dinâmica da violência letal nesses municípios.

Das 104 Mortes por intervenção policial, 103 vitimas eram do Sexo masculino e uma vitima do sexo feminino - uma criança de 11 anos cuja familia e a comunidade afirmam que foi vitima da letalidade policial.

Destes 55 ocorreram na Região Metropolitana e 49 nos demais municípios acima de 100 mil habitantes. Com destaque para Salvador (40 casos 38,5% da amostra coletada), Feira de Santana (10 casos - 9,6% da amostra coletada) e Vitória da Conquista (15 casos - 14,4% da amostra coletada). Juntos os três municípios respondem por 62,5% da amostra colhida.

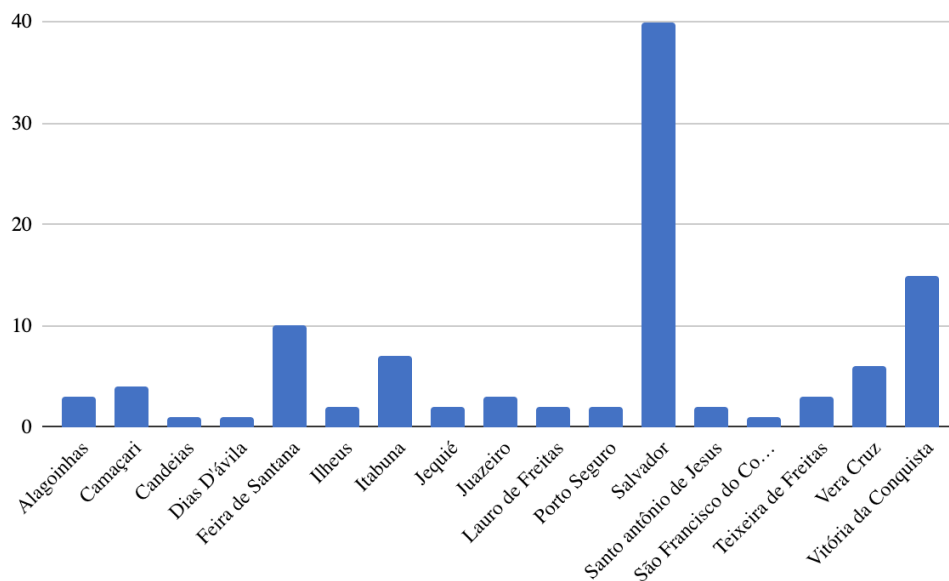


Gráfico: Número de mortes violentas decorrentes de intervenção policial por municípios entre janeiro e fevereiro de 2022.

No quesito raça/cor conforme nota metodológica a classificação é feita por heteroidentificação sempre que constam fotos das vítimas, da amostra 19 preto/pardos, 01 branco e 84 não foi possível aferir por ausência de fotografias.

Outro dado que chama atenção é o fato de 91 casos da amostra não terem a identidade conhecida no momento do crime.

Reconhecemos que os dados encontrados não dão conta da totalidade dos números das mortes por intervenção policial nas cidades apuradas. Trata-se de uma tentativa de compreender a dinâmica da violência policial no estado, através de uma metodologia possível à sociedade civil. A SSP/BA possui a tecnologia para o processamento dessas informações com mais robustez, contudo tem se negado/omitido a disponibilizá-las.

Buscando contribuir para uma política de Segurança Pública baseada em dados, seguiremos atualizando/revisando as informações divulgadas e coletando novas nos meses seguintes.

Acesse [aqui](#) a Nota Metodológica

Acesse [aqui](#) a planilha completa.